

Aliança Social Continental - ASC
Campanha Brasileira contra ALCA/OMC
Rede Brasileira pela Integração dos Povos - REBRIP

Integração na América Latina

subsídios para
debater a integração dos povos

CADERNOS DE **3** FORMAÇÃO

Integração na América Latina: subsídios para debater a integração dos povos

Publicação: Aliança Social Continental; Campanha Brasileira contra ALCA/OMC; Rede Brasileira pela Integração dos Povos

Organização: Maureen Santos

Redação: Maureen Santos, Clarisse Castro e Fátima Mello

Revisão: Fátima Mello

Esta Cartilha é baseada no estudo "Integração Regional na América Latina: o 'processo real' e a visão da Aliança Social Continental", realizado pela PROSPECTIVA – Consultoria Brasileira de Assuntos Internacionais em parceria com a CUT e a Aliança Social Continental.

Apoio: Fundação Ford

Projeto Gráfico e Diagramação: Luciane Udovic Bassegio
novembro de 2006

Informações

Secretaria Aliança Social Continental

Rua Formosa, 367 - 4to andar -cj. 402 - Centro - São Paulo - Brasil

CEP 01049-000 - Tel. +55 11 21040767/8

www.asc-hsa.org - e-mail: secretaria@asc-hsa.net

Secretaria Executiva da Rebrip

Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo - CEP 22010-110 - Rio de Janeiro

Tel. 55 21 2536-7350

www.rebrip.org.br - e-mail: maureen@rebrip.org.br

Rede Jubileu Sul/Brasil - Campanha Brasileira Contra a ALCA/OMC

Rua Rua Abolição, 227 - 2º andar, Bairro Bela Vista

CEP 01319-010 São Paulo/SP - Tel. 11 31121524 Fax 11 31059702

www.jubileubrasil.org.br - e-mail: jubileubrasil@terra.com.br

Apresentação	05
Introdução “Por que Integração Regional?”	07
1. Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)	13
2. Comunidade do Caribe (CARICOM)	15
3. Comunidade Andina de Nações (CAN)	17
4. Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	19
5. Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA)	22
6. Tratado de Comércio dos Povos (TCP)	24
7. Comunidade Sul Americana de Nações (CASA)	26
7.1. Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana (IIRSA)	28
8. Guia de debate: Alguns pontos para o debate sobre a Integração Regional	30



ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL



REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS



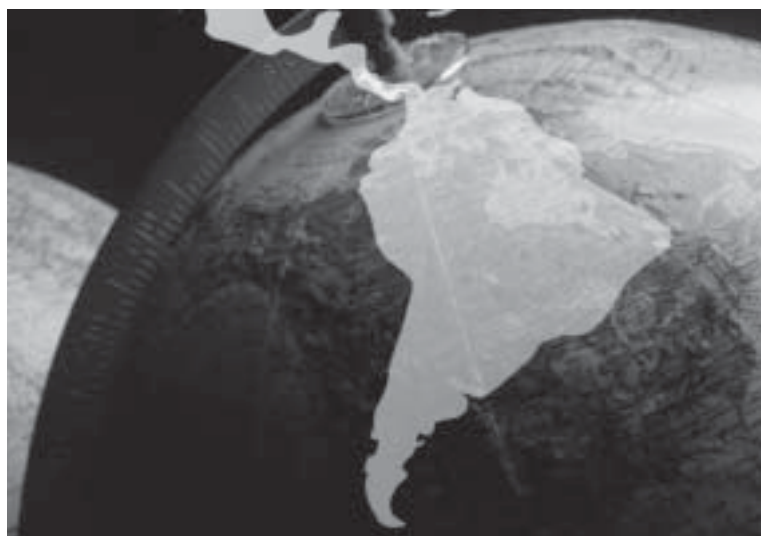
REDE JUBILEU SUL/BRASIL

Integração: nossa atuação sobre o tema

Esta cartilha é uma contribuição da Aliança Social Continental (ASC), da Campanha Brasileira contra ALCA/OMC e da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), para apoiar o debate sobre o tema integração regional e ampliar a discussão junto às organizações e movimentos sociais do Brasil e da América Latina.

A publicação é baseada no estudo “Integração Regional na América Latina: o ‘processo real’ e a visão da Aliança Social Continental”, realizado pela PROSPECTIVA – Consultoria Brasileira de Assuntos Internacionais em parceria com a CUT e a Aliança Social Continental. Tem por objetivo principal ser um material informativo sobre os processos em curso e outras propostas de integração na América Latina.

Na introdução e na parte final da cartilha apresentamos dois artigos que dão senti-



“Queremos construir alternativas democráticas e sustentáveis de integração para nossa América Latina.”

do político à nossa atuação sobre o tema, e na parte central estão incluídos de modo descritivo os diversos acordos de integração assinados entre os países latino-americanos e outras propostas de integração, seus pontos fundamentais e perspectivas. Interessa, especialmente, ilustrar o contraponto entre as tendências à regionalização em termos comerciais e a perspectiva de uma integração baseada em

alicerces sócio-políticos mais sólidos.

Com este material, esperamos somar-nos ao esforço de debater e construir alternativas democráticas e sustentáveis de integração para nossa América Latina, reunindo experiências e conhecimentos acumulados a partir da formação, pesquisa, articulação e mobilização sobre a temática.

Boa leitura!

Por que Integração Regional

por *Fátima Mello

Na América Latina vivemos hoje um momento histórico repleto de desafios e, sobretudo, de oportunidades. A região vive um ambiente distinto em relação ao debate que predominou nos anos 90. Hoje, embora as políticas neoliberais ainda predominem nas administrações da maioria dos governos da região, no plano do debate político podemos afirmar que há uma quebra da hegemonia do pensamento neoliberal, que vem se traduzindo na eleição de governos identificados com as demandas sociais por mudança, de acordo com a trajetória e as possibilidades políticas próprias de cada país.

Somado a estes governos, nossa região tem acumulado importantes conquistas organizativas e políticas por parte das redes, campanhas e movimentos sociais. Aqui em nossa região estas forças conseguiram parar as negociações da ALCA, contribuíram para fazer fracassar a reunião ministerial da OMC em Cancún, e somaram esforços para construir um processo de aglutinação de lutas com a dimensão

do Fórum Social Mundial. A diversidade e heterogeneidade que marcam estes movimentos e redes na região, ao invés de se traduzirem em vulnerabilidade, são a nossa grande força política.

A América Latina vive hoje, portanto, as enormes potencialidades de um momento histórico único, onde temos a responsabilidade de buscar as convergências entre a vitalidade dos movimentos sociais e as possibilidades de transformação abertas por parte de alguns governos, para através da unidade podermos disputar de fato modelos alternativos ao neoliberalismo.

É neste contexto que o debate sobre integração regional vem ganhando importância entre nós. Ele é ao mesmo tempo a possibilidade de pensarmos num modelo de desenvolvimento novo, de natureza regional, e também de construirmos novos referenciais para a nossa organização política. As redes, campanhas e movimentos sociais latino-americanos precisam combinar, em suas pautas, a continuidade de ações de resistência (afinal, o livre comér-

cio ainda predomina na região na forma das negociações na OMC e nos tratados de livre comércio/TLCs bilaterais e sub-regionais) com a capacidade de avançar em propostas sobre como viabilizar novos caminhos para a nossa região através da integração regional. Essa não é uma tarefa simples, pois exige a transição de um movimento cuja unidade se dava pela resistência para algo que supõe uma agenda propositiva.

Nosso debate sobre integração tem algumas portas de entrada. Uma delas é sem dúvida a luta anti-imperialista e contra-hegemônica. Ao sinalizarmos com a integração de nossa região visando os interesses dos nossos povos, estamos nos opondo às estratégias dos EUA para a região, e estamos afirmando que é possível termos uma alternativa a globalização capitalista através desta integração. O fato da integração regional ser vista como nossa forma de organização contra-hegemônica é sem dúvida uma novidade, e enquanto tal requer vontade política para ser levada adiante (ver *Alguns Pontos para o Debate* na conclusão desta cartilha).

Outra porta de entrada é a premissa de que a integração regional pode ser o parâmetro para construirmos os princípios, objetivos e práticas de um projeto alternativo de desenvolvimento. Ou seja, queremos que os povos da região tenham autonomia e soberania sobre os recursos naturais, queremos que as economias e estruturas produtivas de nossos países se voltem para a região, ao invés de se dirigirem aos países centrais. Queremos também ter espaços de autonomia e soberania para definir políticas públicas e opções econômicas próprias, queremos que seja dada prioridade às exigências de um desenvol-

vimento endógeno, de ampliação dos mercados internos continentais e da efetiva integração dos povos (Edgardo Lander, 2005).

Estes princípios e objetivos estão sendo confrontados, hoje, com as possibilidades do desencadeamento de fatos e práticas concretas que podem coincidir com estes objetivos ou, ao contrário, podem ser contraditórios com eles. Estão sobre a mesa temas como qual projeto de integração energética, física e de infra-estrutura queremos viabilizar para a região e para benefício de quem. Quais mecanismos de cooperação e de complementaridade, ao invés de competição, queremos por em prática, visando políticas sociais e ambientais comuns? Quais preferências comerciais e tarifas comuns e em prol de quem? Quais mecanismos de financiamento e para qual desenvolvimento? Qual o papel que empresas da região (Petrobrás, PDVSA, BNDES e outras) podem cumprir como investidores e para benefício de quem? Como fortalecer a dimensão institucional da integração através de, por exemplo, um Parlamento regional e um Fundo Estrutural para redução das assimetrias que contribua para a democratização substantiva no plano regional? Como acionar a integração como um mecanismo de concertação política e de posições comuns na arena global?

Estas e muitas outras perguntas estão sendo processadas hoje através de diversos modelos e possibilidades políticas existentes, como a Comunidade Sul-Americana de Nações, Mercosul, CAN (Comunidade Andina de Nações), ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), TCP (Tratado de Comércio dos Povos). A descrição destes processos é apresentada nos próximos capítulos.

É importante destacar que os processos atuais resultam de uma trajetória histórica de iniciativas de integração, e que é preciso resgatar esta trajetória a fim de localizar onde estamos hoje em relação a um ciclo mais longo. Embora exista ao longo da história de nossa região um sem-número de dinâmicas e propostas de integração, cabe aqui salientar alguns momentos-chave.

Um deles foi, sem dúvida, o ideário construído por Simon Bolívar no início do século XIX, que se contrapunha ao domínio das metrópoles européias, sobretudo a Espanha, e ao intento dos EUA de, já naquela época, manter a América Latina sob o seu controle. Para tal, os EUA lançaram a chamada Doutrina Monroe, que defendia a “América para os americanos” (leia-se para os norte-americanos!), visando afastar a América Latina da influência das metrópoles colonizadoras européias e assim ter controle total sobre a região. Em contraposição a isso, Bolívar defendia um projeto de integração que transformasse nossa região em um território soberano, por meio de nações livres e independentes, sem estarem submetidas nem ao projeto dos EUA nem às metrópoles européias. Bolívar foi o primeiro a inaugurar um pensamento e um ideário específico hispano-americano, ou seja, que concebia a região com uma identidade comum e uma unidade política, portanto livre das divisões coloniais criadas pelas metrópoles.

Outro momento-chave para o entendimento da trajetória do debate sobre integração é a década de 60 do século passado, quando pensadores reunidos na CEPAL formularam alguns conceitos totalmente inovadores para se pensar a América Latina. Um de seus principais formuladores, Celso Furtado, defendia o

potencial dos processos de integração regional, desde que fossem evitados desequilíbrios entre os países participantes. “A teoria da integração constitui uma etapa superior da teoria do desenvolvimento e a política da integração, uma forma avançada de política de desenvolvimento. O planejamento da integração surge, pois, como a forma mais complexa dessa técnica de coordenação das decisões econômicas” (Furtado, 2000). Ou seja, Celso Furtado argumentava a favor da integração desde que fosse um processo planejado, de forma a evitar que os benefícios se concentrassem principalmente nos países de maior peso econômico.

Neste momento (1960) também foi criada a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Fortemente inspirada pelas idéias da CEPAL, o projeto da ALALC visava deslançar o crescimento econômico na região através da política de substituição de importações. A iniciativa se viu enfraquecida nos anos seguintes, sobretudo devido a instalação de ditaduras militares na região, que se orientavam fundamentalmente pela lógica das disputas sub-hegemônicas.

A partir dos anos 80 o debate sobre integração regional passa a ganhar novos argumentos, entre eles a necessidade de complementar de forma coordenada as estruturas produtivas, a constituição de uma plataforma para a exportação de manufaturas aos mercados centrais, e a ação concertada no cenário internacional (Baumann, 2005). Neste momento é criada a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração). Em meados da década, em meio aos processos de redemocratização na região, passa a ocorrer uma revitalização de acordos sub-regionais. Brasil e Argentina criaram o Pro-

grama de Integração e Cooperação Econômica (PICE), que visava iniciar o processo de abertura seletiva e adaptação de ambos os mercados; logo em seguida assinam o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que estabeleceu o prazo de dez anos para a criação de um espaço econômico comum, por meio da eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias e da harmonização de políticas macroeconômicas. É interessante observar que “o acordo bilateral Argentina-Brasil era de natureza fundamentalmente desenvolvimentista em que a idéia de preferências comerciais e de promoção de complementaridades intra-setoriais se confundia com a própria idéia de integração. Este modelo, contudo, não se reproduziu no Mercosul, cujas políticas econômicas passaram a se voltar, prioritariamente, para uma melhor adequação às exigências de competitividade impostas pelos processos de liberalização dos mercados e de sua integração global” (Camargo, 1999).

Este foi o problema de origem do Mercosul. Criado em 1995, ou seja, no auge da primazia do chamado Consenso de Washington, desde o seu início enfrentou os problemas resultantes de um processo de integração sub-regional que se desenvolveu simultaneamente aos processos de liberalização indiscriminada e abertura comercial multilateral, comprometendo a capacidade dos países de planejarem, coordenarem e equilibrarem por setores o processo de integração regional (Baumann, 2005). O Mercosul, portanto, embora tenha tido como impulso original um paradigma de industrialização substitutiva e de complementaridade intra-regional, frente à aceleração dos processos de indiscriminada liberalização e desregulamentação comercial e financei-

ra, foi levado a converter a dinâmica sub-regional em um modelo de regionalismo aberto, visando a inserção competitiva no mercado globalizado.

Chegamos ao final dos anos 90 e ao início dos anos 2000 em uma situação muito distinta daquela em que Celso Furtado baseou suas propostas de integração: “ele jamais poderia prever que os países da região fossem optar de forma preferencial por preservar a abertura comercial e - sobretudo - fossem priorizar os acordos com países industrializados, em alguns casos em detrimento das relações regionais” (Baumann, 2005).

Nos dias de hoje, observa-se na região duas dinâmicas de integração incompatíveis. De um lado, a integração voltada à maximização dos lucros das grandes empresas aqui instaladas, o que supõe aprofundar ainda mais as teses do chamado livre comércio: queda de barreiras, enfraquecimento de legislações e regulamentações nacionais, e o enfraquecimento da capacidade dos Estados Nacionais de formularem políticas públicas (sejam elas industriais agrícolas, agrárias, de defesa, de compras do setor público, e de investimentos). Esta lógica está presente nos acordos em negociação de países ou de sub-regiões com a União Européia e com os EUA, e nas negociações da OMC. De outro lado, encontram-se as possibilidades abertas por dinâmicas como a Comunidade Sul-Americana de Nações, o Mercosul com as características que queremos a CAN, a ALBA e o TCP.

É inviável a convivência entre estas duas dinâmicas. Enquanto a integração que queremos visa a garantia de direitos universais e serviços públicos de qualidade, as negociações no âmbito dos TLCs e na OMC visam garantir os direitos das

transnacionais e investidores estrangeiros. Enquanto a integração que queremos requer políticas industriais comuns e estas necessitam de tarifas e outros mecanismos de defesa, as negociações para a liberalização comercial visam a eliminação de tarifas. A integração que queremos visa alcançarmos a segurança e a soberania alimentar, que requer apoio e estímulo para a agricultura familiar e camponesa, ao passo que as demais negociações visam a liberalização do comércio agrícola, favorecendo uma agricultura voltada para as exportações, baseada no latifúndio, na monocultura e na concentração fundiária. Em suma, a integração que queremos é fundada na cooperação, em complementaridades e preferências dentro da região, enquanto nos TLCs e na OMC

a premissa é o “livre comércio” e a liberalização progressiva.

Para que a dinâmica que queremos possa avançar e se tornar hegemônica é necessário, portanto, articular a superação do neoliberalismo dentro dos países da América Latina à sua superação no plano regional (Gustavo Codas, 2006). Da parte das redes e dos movimentos sociais da região, nossa tarefa é extrair as lições, as sínteses, os acúmulos possíveis a partir do desenvolvimento concreto das possibilidades que estiveram e estão em curso hoje na região.

*Diretora da FASE e secretária executiva da REBRIP (Rede Brasileira Pela Integração dos Povos).

Referências:

- Baumann, Renato. Integração Regional e Desenvolvimento Econômico com referência a Celso Furtado, CEPAL, agosto de 2005, escritório no Brasil.
- Camargo, Sônia. União Européia e Mercosul: Convergências e Divergências, IRI Textos, No 22, setembro de 1999, IRI-PUC/RJ.
- Codas, Gustavo. América Latina: Integración Regional y Luchas de Emancipación. “Contexto Latinoamericano, Revista de Análisis Político”. Nº 1, setembro-dezembro de 2006, editora Ocean Sur, México.
- Furtado, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, ed. Paz e Terra, 2000, Brasil.
- Lander, Edgardo. Modelos Alternativos de Integração. Projetos Neoliberais e Resistências Populares, Revista OSAL, No 15, CLACSO, janeiro 2005, Buenos Aires.
- Mello, Fátima. O Brasil no Mercosul e na ALCA: Diagnóstico e Indicações para a Atuação da Fundação Heinrich Boell, 2000, Rio de Janeiro.

Temos uma ardente paciência
histórica, porém também a firme
convicção de que chegou o tempo
dos povos na nossa região.



Mercado Comum

1 Centro-Americano - MCCA

O MCCA surgiu em 13 de dezembro de 1960, formado por Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, e Nicarágua, que assinaram o Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana na cidade de Manágua, Nicarágua. Seu objetivo era criar a área de livre comércio entre os países da América Central, e ao mesmo tempo estabelecer uma tarifa comum aplicável aos países não membros.

Após avanços consideráveis em termos de expansão dos fluxos comerciais na década de 60, o bloco passou por muitos problemas devido a disputas políticas entre países membros. Somente em outubro de 1993, os países se comprometeram em revitalizar o bloco. Os então presidentes dos cinco países membros assinaram o Protocolo da Guatemala, uma emenda ao Tratado Geral de 1960 instituidor do MCCA, que consolidou o Subsistema de Integração Econômica Centro-Americano e se comprometeu a alcançar gradualmente a União Econômica Centro-Americana.



“ O MCCA reúne uma população de 36,6 milhões de habitantes e possui um PIB de US\$ 73,4 bilhões. ”

O Protocolo da Guatemala convoca os membros a concretizar a área de livre comércio do MCCA por meio da eliminação gradual de tarifas e de barreiras comerciais, concessão de tratamento nacional ao comércio intra-regional e adoção de um quadro legal regional. Este quadro estabelece regras de origem, salvaguardas, práticas comerciais injustas, propriedade intelectual, serviços, medidas sanitárias e fito-sanitárias, e critérios e regras técnicas.

Atualmente, o MCCA mantém uma tarifa externa comum, um banco de desenvolvimento - Banco Centro-Americano de Integração Econômica - e o Instituto Centro-Americano de Administração Pública e todas as questões administrativas são expressas em resoluções, regulamentos, acordos e recomendações.

Em âmbito mais amplo, foi assinado em 1991 com o Panamá um protocolo que estabeleceu o Sistema de Integração Centro-Americana, do qual Belize também é membro a partir de 2000. Tal Sistema conta com um Parlamento Centro-Americano e uma Corte Suprema de Justiça que garante a execução do protocolo, além de uma Secretaria Geral com mandato de 4 anos, eleita pela Reunião de Presidentes.

O Bloco reúne uma população de 36,6 milhões de habitantes e possui um PIB de

US\$ 73,4 bilhões, com exportações no valor de US\$ 13,8 bilhões e importações alcançando os US\$ 25,3 bilhões em 2004.

O papel do capital norte-americano no bloco é muito forte. Das informações obtidas dos bancos centrais de três países para os quais havia dados disponíveis (El Salvador, Honduras e Costa Rica), observa-se que o investimento externo direto norte-americano corresponde a cerca de 36% do total no caso de El Salvador, a 60% em Honduras e a 56,6% em Costa Rica. No entanto, acredita-se que este percentual pode estar subestimado, já que a entrada de capitais via paraísos fiscais é muito utilizada por empresas norte-americanas.

Apesar do avanço recente da integração regional, medido em termos de participação do comércio intra-bloco, observa-se que os fluxos comerciais com os Estados Unidos são preponderantes. Paralelamente, a presença econômica norte-americana se faz sentir por meio dos investimentos das suas empresas multinacionais, as quais têm se aproveitado do acordo de livre-comércio assinado com a região (CAFTA-DR), que segue o formato "Nafta" e vai além na abertura em áreas como compras governamentais e proteção ao investimento.

Comunidade e Mercado

2 Comum do Caribe - CARICOM

A CARICOM foi estabelecida com a assinatura do Tratado de Chaguaramas em agosto de 1973, sendo o sucessor da Associação de Livre-Comércio do Caribe (Caribbean Free Trade Association - Carifta), fundada em 1968 e integralmente absorvida pela Comunidade. É formada pelos países Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, e Trinidad e Tobago. As Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Caimans e as Ilhas Turks e Caicos são membros associados.

O Tratado de Chaguaramas tinha por objetivo promover a integração econômica por meio da livre circulação de mercadorias e a cooperação operacional em certas áreas. Em 2001, o Tratado foi revisado, com vistas a transformar a união aduaneira em um mercado comum e uma união econômica: o Mercado e a Economia Comum do Caribe (CSME, sigla em inglês). Este prevê o livre



“O bloco tem elevada participação dos Estados Unidos tanto nos fluxos de capitais como de comércio.”

movimento de todos os fatores de produção, incluindo mercadorias, serviços, tecnologia, capital e trabalhadores; a coordenação de políticas macroeconômicas e a harmonização das leis e das instituições.

No dia 1º de janeiro de 2006 iniciou-se a implementação do Mercado Único da CARICOM, com vistas ao estabelecimento da Economia Comum, prevista para o ano de 2008. Até agora, Barbados, Belize, Guiana, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago firmaram a Declaração que estabelece o Mercado Único da CARICOM, formalizando, assim, a pertinência a esse espaço econômico ampliado a partir do primeiro dia do ano de 2006. Outros seis países membros da Comunidade - Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, St. Kitts e Nevis, Santa Lucia e St. Vincent, e Granadinas - subscreveram uma Declaração de Intenção de participar no Mercado Único. Em relação aos outros três países da CARICOM, estes se encontram em situações diferentes. As Bahamas e o Haiti não formalizaram sua intenção de participar no processo de conformação da CSME, enquanto Montserrat, por ser um protetorado britânico, está esperando o instrumento que lhe permitirá fazê-lo, o qual deverá ser emitido pelo Governo do Reino Unido (INTAL, 2006).

Ainda em termos institucionais, em 1999 foi criada a Corte Caribenha de Justiça

(Suprema Corte), com vistas a tornar-se tribunal de última instância para as justiças nacionais dos países membros e, ao mesmo tempo, garantir a segurança jurídica no que diz respeito à aplicação e interpretação do Tratado de Chaguaramas (e sua versão revisada). A Corte foi instalada definitivamente em abril de 2005, em Trinidad e Tobago.

Em relação à agenda externa, o bloco desempenha uma coordenação contínua centralizada por meio do *Regional Negotiating Machinery* (CRNM), que abarca posicionamentos comuns na OEA (Organização dos Estados Americanos) e na OMC (Organização Mundial do Comércio).

A Caricom, apesar do seu reduzido mercado e de sua pauta de exportação não muito diversificada, logrou ao longo dos anos noventa aumentar a participação do comércio regional em relação ao comércio total de seus países. O bloco também tem elevada participação dos Estados Unidos tanto nos fluxos de capitais como de comércio. Entretanto, as relações bilaterais com os EUA não caminharam de forma tão categórica para a assinatura de acordos amplos e vinculativos sobre temas como serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais, além de não terem assinado acordo específico com o Nafta.

Comunidade Andinas

3 das Nações - CAN

A Comunidade Andina de Nações foi criada em 1996, como sucessora do Grupo Andino, cujas origens remontam ao Acordo de Cartagena de 1969, também conhecido como Pacto Andino. É constituída por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. O Chile foi um dos membros fundadores do Pacto Andino, mas se retirou em 1976, durante o governo Pinochet. E a Venezuela foi membro até abril de 2006, quando se retirou do bloco por entender que o Tratado de Livre Comércio (TLC) entre Colômbia e Estados Unidos poderia gerar uma concorrência desleal entre os produtos venezuelanos e os “produtos norte-americanos supersubsidiados” no mercado colombiano, entre outras diferenças políticas.

A intenção original do Grupo Andino era aumentar o comércio entre os membros e criar programas industriais conjuntos para indústrias como a petroquímica, a metalúrgica, e a automobilística. Houve um

esforço no sentido de lançar uma moeda comum que nunca se concretizou. Um acordo do Grupo Andino de 1971, que limitava rigidamente o investimento estrangeiro nos países-membros, foi eliminado em maio de 1987, quando os membros assinaram o Protocolo de Quito, segundo o qual cada um deles poderia estabelecer as suas próprias normas.

Em 1999, os Estados se comprometeram a estabelecer um Mercado Comum entre si até, no máximo, dezembro de 2005, quando termina o processo de desgravação tarifária por parte do Peru. Ao contrário do Mercosul e da maior parte das iniciativas de integração regional, a CAN não prevê uma lista de exceções no comércio de bens intra-bloco.

Há uma agenda bastante ambiciosa em serviços dentro do bloco. Os países membros se comprometeram a eliminar todas as formas de restrições às quatro formas de prestação de serviços

classificadas pelo GATS¹ até 2005. Dentro da agenda de serviços, é dado tratamento específico para os setores de telecomunicações e energia, considerados estratégicos para a integração regional.

Ainda que não tenham sido efetivados acordos que estabeleçam a livre circulação de trabalhadores dentro do bloco dos países andinos, esse é um dos temas da agenda de integração regional. É dada importância política também para a integração de infra-estrutura, cuja agenda vai além da CAN, ao propor a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-americana (IIRSA) com atenção especial para energia, telecomunicações e transportes.

Em linhas gerais, depreende-se que a Comunidade Andina figura como o bloco da região cuja integração se expandiu de forma mais ampla, atingindo não somente aspectos econômicos, mas também institucionais. Isso porque além de já possuir uma área de livre-comércio e união aduaneira quase completas, e de contar com acordos regionais no setor de serviços (com a exceção de áreas estratégicas), o bloco dispõe de um Parlamento Andino, de Conselho Consultivos, Empresarial e Trabalhista, e de um organismo financeiro como a CAF (Corporação Andina de Fomento). Adicionalmente, percebe-se que os acordos comerciais extra-regionais não

seguem a modalidade Nafta, restringindo-se em grande medida a negociações de acesso a mercados.

Em termos comerciais existe uma grande dependência do mercado dos Estados Unidos, que aparecem como o principal parceiro comercial dos países membros da Comunidade Andina, figurando como destino de 42% das exportações do bloco, seguido da União Européia, que é destino para 10,5% das exportações do bloco. O comércio intra-regional aparece em terceiro lugar, com 10,5%, enquanto Mercosul e o México representa apenas 5% do comércio regional. Mas em relação aos investimentos estrangeiros, o capital estadunidense não figura em mesmo grau.

Em relação à parceria com os ex-membros do bloco, o Chile passou a ser membro associado do bloco em setembro de 2006 e a Venezuela está tendo reuniões com a CAN no sentido de estabelecer normas para as relações comerciais entre o país e os membros da Comunidade.

Finalmente, sobre a agenda externa, a CAN tenta manter uma participação conjunta e coordenada em vários marcos, como na OMC, na OEA, no Grupo do Rio, nas negociações com outros blocos como Mercosul e União Européia, bem como manteve a atuação conjunta durante as negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

¹ Modo 1

Comércio Transfronteiriço (sem deslocamento do fornecedor nem do consumidor);

Modo 2

Consumo no exterior (como exemplo, o turismo)

Modo 3

Presença comercial (empresa se desloca para outro país onde prestará o serviço, exemplo: bancos)

Modo 4

Movimento temporário de prestadores de serviços

Mercado Comum

4 do Sul - MERCOSUL

O Mercosul foi estabelecido pelo Tratado de Assunção, assinado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em 26 de março de 1991. O Tratado define os objetivos e meios para alcançar o mercado comum, por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, coordenação de políticas macroeconômicas, estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), adoção de uma política comercial comum e harmonização de legislações em áreas que possam fortalecer o processo de integração. Além disso, enfatiza que a ampliação das dimensões dos mercados nacionais é base para acelerar o processo de desenvolvimento econômico equilibrado com justiça social.

Com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994, o Mercosul adquire personalidade jurídica internacional e passa a funcionar como área de livre-comércio e união aduaneira incompleta. Isto porque ainda hoje vigoram listas nacionais de exceção para produtos



“Desde 2003 percebe-se uma mudança de discurso dos países membros em relação ao Mercosul, no sentido de investir mais na integração intra-bloco.”

sensíveis, além dos regimes de adequação à TEC. O prazo estipulado para conclusão destas pendências comerciais é final de 2006. Entretanto, é pouco provável que haja ambiente político para a eliminação dessas exceções, especialmente, pois não ocorreram muitos avanços na criação de um mecanismo de salvaguardas no Mercosul.

O Mercosul possui uma estrutura institucional na qual, sempre por consenso, são os governos dos países membros que negociam e decidem. Além do Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto, diversas outras normativas foram assinadas entre os países-parte visando aprofundar as regras regionais em questões de investimentos (Protocolo de Colônia, 1994), comércio regional de serviços (Protocolo de Montevidéu, 1997), propriedade intelectual (1995), defesa da concorrência (1995), entre outros. Ainda que os protocolos que criam regras regionais para serviços e investimentos tenham sido assinados por todas as partes integrantes do Mercosul, ainda não foram ratificados pelos Congressos respectivos nacionais.

O Mercosul possui acordos de complementação econômica com o Chile, Bolívia, Peru e Colômbia, que figuram como membros associados do bloco. Além disso, o bloco mantém acordos comerciais e de cooperação no chamado formato 4 + 1 com México, Índia, Egito, Marrocos e com outros blocos regionais como Comunidade Andina (CAN), União Aduaneira da África Austral (SACU), União Européia, Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e com a Associação Européia de Livre Comércio (AELC).

Em termos institucionais, o Mercosul se encontra menos avançado que o MCCA e a Comunidade Andina, já que o seu grande

ímpeto em sua primeira década esteve mais vinculado à expansão dos fluxos de comércio e investimento, que, aliás, sofreram uma inflexão negativa no pós-1998. Isso ocorreu especialmente no período pós-1999, num contexto de aprofundamento das assimetrias econômicas relacionadas à desvalorização do real e ao agravamento da crise Argentina, as quais contribuíram para uma paralisia institucional do bloco.

Desde 2003, especialmente com o início do governo Lula no Brasil, percebe-se uma mudança de discurso dos países membros em relação ao Mercosul, no sentido de investir mais na integração intra-bloco, bem como no aprofundamento das relações destes com os outros países da América Latina. Neste sentido, destacam-se a entrada da Venezuela como membro pleno, a criação do Parlamento do Mercosul e a aprovação do Fundo de Convergência Estrutural.

Em julho de 2006, os quatro países membros e a Venezuela assinaram o Protocolo de adesão plena deste país ao Mercosul. Foram definidos prazos para abertura de mercados, bem como exceções para produtos sensíveis de cada um dos cinco países membros, com data fixada até 2014. Com a entrada da Venezuela, o Mercosul passa a ter uma população de 250 milhões de habitantes, uma área de 12,7 milhões de quilômetros quadrados e um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1 trilhão, que corresponde a 76% do total da América do Sul.

A criação do Parlamento do Mercosul está prevista para dezembro de 2006. O Parlamento será o primeiro órgão supranacional do bloco, formado por parlamentares dos cinco países membros, com fase de transição que começa em

janeiro de 2007 e vai até dezembro de 2010, onde terá uma representação paritária, com participação de parlamentares no exercício do mandato, escolhidos pelos respectivos Congressos Nacionais. De janeiro de 2011 a dezembro de 2014, o Parlamento do Mercosul será integrado por parlamentares eleitos diretamente por sufrágio universal nos países membros, ainda de acordo com os respectivos calendários eleitorais nacionais. E, finalmente, a partir de 2014, o Parlamento passará a funcionar com representação de parlamentares eleitos pelo voto popular, em datas comuns a todos os Estados-Membros, no chamado Dia do Mercosul-Cidadão.

O Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM), destina recursos para o financiamento de projetos que ajudem a enfrentar as assimetrias sociais, econômicas e estruturais entre os países

do Bloco, apoiar financeiramente atividades institucionais, bem como fortalecer o processo de integração e a melhoria da competitividade regional e a coesão social dos Estados Partes, em particular dos países e regiões menos desenvolvidas. Inicialmente, "as verbas arrecadadas servirão para o financiamento de projetos de desenvolvimento aos sócios menores do Mercosul (Paraguai e Uruguai) e nas regiões mais pobres do Brasil e da Argentina" (MENDES, 2005).

Em relação à agenda externa o Mercosul, em alguns casos, negocia em bloco, como por exemplo durante as negociações para a criação da ALCA. Em outros casos, cada país tem sua política comercial autônoma, como na OMC, apesar de após a criação em 2003 do G20 – grupo do qual todos os membros do Mercosul fazem parte - os países começaram a atuar em conjunto, fundamentalmente em torno das negociações agrícolas.

Alternativa Bolivariana 5 para as Américas - ALBA



“ A Alternativa Bolivariana propõe novos moldes de integração latino-americanana e caribenha. ”

A ALBA (Alternativa Bolivariana para os Povos da América Latina) é um projeto que propõe uma integração política e econômica da região latino-americana e caribenha sob novos moldes. Foi lançado pelo presidente Hugo Chávez como uma alternativa à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Tal proposta surge no contexto das negociações para a formação da ALCA, que se iniciou com a Cúpula das Américas, realizada em dezembro de 1994, quando 34 países da região – com a exclusão de Cuba – concordaram com a proposta dos EUA de criar uma área de livre-comércio no continente americano. Por pressão norte-americana, este acordo deveria incluir também a liberalização em serviços, propriedade intelectual, investimentos e compras governamentais, visando a expansão dos lucros das grandes corporações. Desta forma, a ALBA surge como uma proposta alternativa em oposição à ALCA.

A ALBA se propõe a ser um modelo de integração oposto à proposta de integração liberalizante dos fluxos de comércio, ser-

viços e investimentos. Defende a criação de mecanismos de cooperação entre as nações latino-americanas e que contrabalance as assimetrias dos países da região frente às potências desenvolvidas. Como propostas estão incluídas: criação de economias cooperativas comuns; livre circulação de fatores produtivos; ampliação dos mercados; aumento da dimensão e produtividade das empresas existentes nos países signatários; criação de novas frentes de trabalho; cooperação nas áreas de saúde e educação; e eficiência e confiabilidade no abastecimento de energia.

Esta proposta supõe a construção de alianças estratégicas e posições comuns entre os países da região como meio de fortalecimento de posições políticas conjuntas frente ao modelo norte-americano de integração continental.

A crítica realizada aos acordos de integração existentes é de que deveriam ser ancorados em propostas de desenvolvimento endógeno, ou seja, voltados para dentro da região, ao invés de estarem voltados para o mercado externo, o que provoca o enfraquecimento das estruturas produtivas latino-americanas.

Neste sentido, a ALBA critica a liberalização, desregulamentação e privatização de serviços, que restringe a capacidade dos Estados Nacionais de planejar e efetuar políticas públicas. Nos países em desenvolvimento, estas práticas resultam no sucateamento dos serviços públicos, além da transferência de ativos

nacionais para empresas multinacionais. Para a ALBA, a solução para a melhoria dos serviços públicos seria a realização de reformas fiscais e políticas para a promoção do crescimento econômico e de reserva de mercado em setores estratégicos.

A ALBA tem como mecanismos principais os Convênios Comerciais Compensados e as Alianças Estratégicas. Em dezembro de 2004, foi firmado entre os presidentes Fidel Castro e Hugo Chávez, na cidade de Havana em 14 de dezembro de 2004, um destes Convênios – também chamado de acordo Cuba-Venezuela – que amplia e modifica o Convênio Integral de Cooperação entre Cuba e Venezuela, assinado em 30 de outubro de 2000.

O Acordo Cuba-Venezuela inclui uma declaração conjunta de princípios comuns e artigos nos quais cada país propõe ações próprias sobre o que necessita e o que vai oferecer em relação a bens e serviços segundo suas capacidades. Como exemplo: Venezuela oferece bolsas de estudo no setor energético para cidadãos cubanos, e Cuba oferece 2000 bolsas anuais para a realização de estudos de nível superior em qualquer área de interesse para estudantes venezuelanos.

Finalmente, sobre as Alianças Estratégicas, estas têm o petróleo como centro. O governo da Venezuela negocia o recurso natural em troca de intercâmbios complementares e comércio. Neste marco estão as propostas de criação da Petroamérica e, posteriormente, Petrosur, que visa criar uma plataforma energética sul-americana.

Tratados de Comércio

6 entre os povos - TCP



“ O Tratado dos Povos transcende os aspectos comerciais considerando as características históricas e culturais dos países. ”

Os Tratados de Comércio dos Povos (TCP) são um conjunto de acordos firmados entre Bolívia, Cuba e Venezuela, que passam pelo campo econômico e comercial, mas transcendem estes aspectos ao levarem em conta características históricas e culturais dos povos dos países envolvidos.

O TCP não entende comércio e investimento como fins em si mesmos, mas como meios para se alcançar o desenvolvimento dos países; por isso estes temas devem ser considerados, mas não devem ser a motivação final da integração. As propostas giram em torno da complementaridade entre os países signatários, bem como da abertura de mercados para produtos agrícolas, artesanais e industriais, especialmente produzidos pelas comunidades indígenas, a fim de impulsionar o desenvolvimento das organizações econômicas camponesas e de cooperativas.

O Tratado, juntamente com a ALBA, forma o Acordo de Alternativa Bolivariana, assinado em abril de 2006 pelos três governos. Este acordo é dividido em cinco partes, onde a primeira contém disposições gerais que compreendem o compromisso dos países em dar passos concretos para o processo de integração, reafirmando a Declaração Conjunta assinada em dezembro de 2004 por Cuba e Venezuela, à qual o governo boliviano se somou.

Os países se comprometem a criar um plano estratégico de complementaridade produtiva, transferência tecnológica, investimentos de interesse mútuo, Convênios de Crédito Recíproco para facilitar as transações comerciais e financeiras, mecanismos de compensação comercial de bens e serviços, planos culturais conjuntos, fortalecimento da comunicação via Telesur, e trabalho coordenado com outros países da América Latina.

As outras quatro partes são referentes a ações a serem desenvolvidas por Cuba e Venezuela, cada país especificamente ou em conjunto, em relação a Bolívia. E as ações a serem desenvolvidas pela Bolívia com Cuba e Venezuela, todas no Quadro da Alternativa Bolivariana para os Povos da América Latina (ALBA) e dos Tratados de Comércio dos Povos (TCP). Por exemplo, Cuba e Bolívia criarão uma entidade cuba-

no-boliviana não-lucrativa para fazer cirurgias oftalmológicas para os cidadãos bolivianos carentes. Por um lado, Cuba oferecerá os equipamentos e os profissionais necessários na primeira etapa (visam a formação de profissionais bolivianos para numa segunda etapa poderem assumir o projeto, para isso o acordo também prevê cinco mil bolsas de estudos para formação de médicos bolivianos em Cuba) e a Bolívia se compromete a oferecer as instalações necessárias para a entidade. Além deste, foram firmados acordos na área de educação, energia, transporte de passageiros e cargas, exportações de bens e serviços.

Venezuela e Bolívia assumiram compromissos no nível energético e mineral, o que inclui assistência técnico-jurídica; ampliação do fornecimento de produtos refinados, asfalto, entre outros; desenvolvimento de projetos de adequação e ampliação de infra-estruturas; criação de um fundo venezuelano para financiamento de projetos produtivos e de infra-estrutura; comércio de produtos alimentares; incentivos fiscais; entre outros.

No acordo, também consta a medida de supressão de todas as taxas alfandegárias e barreiras não tarifárias das importações feitas por Cuba e Venezuela provenientes da Bolívia.

Comunidades Sul Americana 7 de Nações - CASA

Nos últimos anos, frente às dificuldades encontradas pelo Mercosul para cumprir seus objetivos institucionais e econômicos, e num contexto de resistência à proposta da ALCA, voltaram-se as atenções para a perspectiva política da integração regional e a necessidade de estender o acordo de modo a compreender toda a América do Sul.

Volta-se a discutir um possível revigoramento da integração regional, por meio da construção de um espaço supranacional, permitindo uma estratégia mais qualificada de inserção global dos países sul-americanos.

A concepção da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA ou CSN) - que une Mercosul, Comunidade Andina e o Chile, Guiana e Suriname - surge como opção para aprofundar a integração da economia regional, elevando o poder de barganha nas arenas hemisférica e internacional.

Lançada em 9 de dezembro de 2004, no âmbito da III Reunião de Presidentes da América do Sul, na cidade de Cuzco, a CASA reúne os 12 países da região e agrega recursos (PIB) contabilizados em US\$ 1 trilhão de dólares.

O estímulo ao fortalecimento democrático e aperfeiçoamento das instituições regionais; bem como o desenvolvimento de uma infra-estrutura física, em concomitância com o incremento dos fluxos comerciais seriam pressupostos traçados pela Comunidade Sul-Americana das Nações como linha principal para aprofundar a integração da América do Sul.

No momento de sua criação, foram assinados 31 projetos de infra-estrutura para a região, propondo-se desta forma a concretizar a agenda estratégica da integração física e energética originária da Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana - IIRSA (ver box abaixo).

Temas relacionados ao desenvolvimento econômico e social da região como “as condições de segurança cidadã”; “o trabalho digno” e “o fenômeno migratório” também estão em debate no âmbito da iniciativa.

Cabe ressaltar aqui o vetor político da CASA, que é a busca de uma identidade sul-americana e valores comuns no sentido de consolidar um bloco continental. Contudo, há que se atentar para a demanda de ações concretas e a real capacidade de viabilização desta possível união política.

Tal como no caso da IIRSA, contudo, ainda não está claro o papel a ser jogado pela Comunidade Sul-Americana na geopolítica da integração regional. O seu lançamento causou certo temor, junto à diplomacia mexicana, de que seria mais uma iniciativa promovida pela “liderança” brasileira. Também o governo argentino tem se posicionado de forma reticente em relação a este projeto. Já o governo venezuelano tenta alterar o sentido da Comunidade, utilizando-a como um espaço para uma posição anti-imperialista.

Em dezembro de 2006 será realizada em Cochabamba, na Bolívia, a II Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações¹. A idéia principal do encontro será fortalecer a institucionalidade da Comunidade com a criação de uma Comissão de Convergência Estrutural e Coordenação, além de criar mecanismos financeiros que possam apoiar a integração física e regional, bem como estabelecer a agenda social da organização.

O desenlace das negociações para a criação efetiva da CASA dependerá do avanço das propostas de integração sub-regional, da vontade política dos países envolvidos, do interesse na expansão ou não de acordos para além do âmbito exclusivamente comercial e da ação concertada entre forças políticas regionais. É exatamente e fundamentalmente neste ponto que se encontra nossa atuação, no sentido de debater, nos mobilizar e lutar pelo modelo que compreendemos ser mais viável e sustentável de integração sul-americana.

¹ A I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações foi realizada em Brasília, em setembro de 2005, onde foi aprovada uma Declaração Presidencial, uma Agenda Prioritária e um Programa de Ação, que conferiram à Comunidade uma organização institucional básica.

7.1 IIRSA



A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA) foi idealizada em agosto de 2000 a partir de uma Reunião de Presidentes da América do Sul que aconteceu em Brasília. Surge de um acordo entre doze países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Perú, Suriname, Uruguai e Venezuela) no intuito de impulsionar o processo de integração física da região, através de grandes projetos de

infra-estrutura em transportes, energia e telecomunicações.

Segundo a página oficial na internet (www.iirsa.org), a IIRSA consiste em um fórum de diálogo que contempla mecanismos de coordenação e intercâmbio de informações entre os governos, instituições financeiras da região como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Região do Prata (FONPLATA), além do setor privado e da sociedade civil, de forma a levar a frente os objetivos e projetos propostos.

Na proposta oficial, que conta com o apoio da Comunidade Sul-americana de Nações (CSN ou CASA), consta os princípios do regionalismo aberto, sustentabilidade econômica, social, ambiental e político-institucional, aumento do valor agregado da produção, tecnologia da informação, convergência normativa, coordenação público-privada e eixos de integração e desenvolvimento (EID). Este último princípio também se desdobra em uma das principais atividades da iniciativa, pois define dez eixos continentais organizados em torno de faixas territoriais que concentram o fluxo de comércio atuais e que podem ainda ser desenvolvidos.

“ Os eixos de integração e desenvolvimento da IIRSA concentrarão investimentos para aumentar o comércio e criar cadeias produtivas conectadas aos mercados internacionais, perpetuando assim a fragmentação espacial do desenvolvimento. ”

A iniciativa também tem a intenção de promover entre os países a harmonização de políticas, planos e marcos legais e institucionais referente à infra-estrutura pelo que se conhece como os Processos Setoriais de Integração (PSI). Esses processos funcionam através de grupos de trabalhos divididos em sete temas diferentes: tecnologia de informação e comunicação, sistemas operativos de transporte aéreo, facilitação de passos de fronteira, sistemas operativos de transporte marítimo, integração energética, sistemas operativos de transporte multimodal e instrumentos de financiamento.

Frente aos fortes impactos econômicos, sociais e ambientais, a IIRSA tem sido objeto de intenso debate e resistência entre as redes e os movimentos sociais da região: “as propostas relacionadas à integração física como a IIRSA (...) levantam várias preocupações entre as organizações presentes e movimentos sociais ameaçados pelos impactos, como indígena, camponês e quilombola. Preocupamos que as demandas locais por infra-estrutura e energia não estão sendo analisadas e

que os mega projetos de infra-estrutura sendo propostos são dirigidos às grandes empresas, na sua maioria voltadas à exportação. Para esses movimentos, a IIRSA se apresenta como uma iniciativa criada pelas Instituições Financeiras Multilaterais e o grande capital com o objetivo de garantir uma maior liberalização econômica do continente e a negociação de tratados de livre comércio. Os *eixos de integração e desenvolvimento da IIRSA* concentrarão investimentos para aumentar o comércio e criar cadeias produtivas conectadas aos mercados internacionais, perpetuando assim a fragmentação espacial do desenvolvimento. O conjunto dos eixos cruza zonas onde se encontra a maior concentração de recursos naturais, não somente os tradicionais como minério e hidrocarbonetos, mas principalmente os recursos da biodiversidade e da água, além de outros recursos energéticos.” (Declaração Final do Seminário “Internalização capitalista ou integração dos povos: para onde vai a América do Sul? Alternativas de integração regional, São Paulo, 18 e 19 de setembro de 2006).

Referências:

- “CAN y Venezuela acuerdan culminar en 30 días normas que regularán sus relaciones comerciales” – Nota de Imprensa – Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/prensa/notas/np17-10-06.htm>
- Carvalho, Guilherme. A Integração Sul-Americana e o Brasil: O protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA. Belém: FASE, 2004.
- “Chávez considera irrevogável saída da Venezuela da Comunidade Andina” – Folha on line 22 de abril de 2006 – disponível na Internet em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/lt91u107067.shtml>
- Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM) – Site oficial disponível na Internet em: <http://www.caricom.org>
- Construyendo el ALBA. Síntese da apresentação realizada por Elisabeth Alves, Ministra de Estado para la Integración y el Comercio Exterior da Venezuela, no dia 30 de setembro de 2005, em reunião com membros das direções nacionais da CUT-Brasil e a UNT-Venezuela, em São Paulo.
- INTAL – Instituto para a Integração de América Latina e o Caribe – <http://www.iadb.org/intal>
- IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana. Site oficial disponível na Internet em: <http://www.iirsa.org>
- Mendes, Daniel Ferreira. O Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul. In Conjuntura Internacional. Belo Horizonte: PUC Minas, março 2005.
- Mercado Comum do Sul (Mercosul) – Site oficial disponível na Internet em: <http://www.mercosul.org.uy>

Guia de debate sobre

8 Integração Regional



“ A agenda política da América do Sul está tomada prioritariamente pelo tema da integração regional. ”

Alguns Pontos para o Debate sobre Integração Regional (1)

01 de Agosto de 2006

a) Enfoque político geral: América Latina em 2006

Em janeiro de 2005, a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) não entrou em vigor.

Sua negociação está suspensa. Em novembro desse ano as pressões do governo Bush na ocasião da Cúpula de Presidentes das Américas (menos Cuba) em Mar del Plata, não conseguiram arrancar uma agenda de retomada das negociações por causa principalmente da oposição da Venezuela e dos países do Mercosul. Em julho de 2006, em Córdoba, Argentina, os presidentes do Mercosul se reuniram com um novo membro, Venezuela, e os chefes de estado do Chile, Bolívia e Cuba (2). Muito se pode especular ou discutir de que “a ALCA não é um projeto morto” (que

está em “compasso de espera”, está sendo implementada pela “via da menor resistência”, através dos Tratados de Livre Comércio sub-regionais) e de que o Mercosul, a Comunidade Sul-americana de Nações (CSN ou CASA), a ALBA (Alternativa Bolivariana das Américas) e os TCPs (Tratados de Comércio dos Povos), ou seja, os processos inter-estatais que apontam a integração regional, enfrentam sérias dificuldades de construção e conflitos entre seus membros, são ilimitados em relação a agenda geral, etc. Porém, HOJE, a agenda política da AMÉRICA DO SUL está tomada prioritariamente pelo tema da integração regional.

O governo dos Estados Unidos bombardeiam este cenário pressionando para os TLCs (já têm com Chile e acabam de negociar com Colômbia e Peru), mas essas vitórias “pontuais” são a confissão da derrota regional (já que ficam de fora tanto os países de mais peso econômico [Argentina, Brasil, Venezuela] como outros que têm atrativo econômico-geopolítico por sua localização ou por seus recursos naturais: Bolívia, Uruguai, Paraguai, Equador...) (3)

Quando as primeiras manifestações contra a ALCA ocorreram em 1997-98 o cenário era muito distinto. Ainda em abril de 2001 na Cúpula de Presidentes em Quebec apenas o governo da Venezuela apresentava tímidos e isolados questionamentos ao processo impulsionado pelo governo dos Estados Unidos com o apoio de seus incondicionais na região. Estávamos ainda em um cenário dominado ideologicamente pelo “pensamento único” e de que “não havia alternativas” que tivessem atingido a região (e o mundo!) com a ofensiva neoliberal iniciada na década de 1980 e consolidada com as derrotas políticas dos projetos so-

cial-democratas na Europa ocidental (entre finais dos anos 1970 e a década seguinte) e a derrocada do socialismo burocratizado no Leste Europeu (consumada com a dissolução da URSS em 1991). Nas esferas regional e mundial o que estava sobre a mesa de negociações comerciais era a agenda das corporações transnacionais (cujo paradigma é o NAFTA, porém na ALCA os negociadores dos Estados Unidos já pensavam em ir ainda mais longe).

Essa agenda é hoje amplamente contestada pela opinião pública e a partir dos movimentos sociais na região. Ao longo dos anos, houve de fato, uma educação política popular massiva em nossos países sobre os temas envolvidos com as negociações. Ocorreram mobilizações em diversos contextos e nações questionando pontos importantes dessa agenda. Finalmente, vários governos expressaram que não havia como aceitar o paradigma do NAFTA estendido à região. Isso explica porque as negociações da ALCA estão atoladas.

Estamos agora no tempo das alternativas concretas e o tema da integração regional (da América do Sul exclusivamente ou ampliada para outros países também) tem um papel central em consolidar esse novo cenário.

Pois bem, isto ocorre em um momento em que a conjuntura mundial registra o auge do “unilateralismo” do governo norte-americano e a agressividade de sua agenda militar, política e econômica. Um projeto de integração regional contra-hegemônica deverá responder não somente à agenda das negociações comerciais internacionais, mas também ser orientada por um projeto que questione essa política imperial em outros campos.

b) “Integração regional” em conjunturas diferentes

Com uma mesma denominação, “integração regional”, foram colocadas muitas coisas diferentes ao longo da história de nossos continentes e um esclarecimento de conceitos e processos históricos seria, sem dúvidas, necessário [Mesmo, obviamente, se tratando de uma tarefa política, intelectual de longo alento e que deveria envolver diversos setores].

Para o objeto deste documento basta dizer aqui que quando HOJE tratamos da integração regional devemos atualizar o debate para a conjuntura política regional específica que antes referimos. Ou seja, estamos tratando de um projeto de integração regional CONTRA-HEGEMÔNICO, de oposição à agenda que o governo dos Estados Unidos (e outras potências) tem para a região, de afirmação de um projeto regional que incorpore as aspirações populares e nacionais.

Isto é central porque parte importante do debate em nosso país sobre integração regional da segunda metade do século XX se deu no marco da (ou, inclusive, para reforçar) hegemonia dos Estados Unidos sobre a região.

c) “Integração regional” e “livre comércio”

Os temas aqui tratados têm uma longa história. E é natural que tenham adquirido em nossos idiomas sentidos diversos, dependendo do momento histórico a que se refere.

Assim, por exemplo, a história do conceito de “livre comércio” pode ter como um de seus pontos importantes às obras de Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1722-1823). Tratava-se de eliminar barreiras aduaneiras entre países para que o comércio de mercadorias de fizesse livre-

mente. Isso favorecia a ambos os países, mesmo que houvesse grandes disparidades entre eles. O império inglês ateuve como bandeira de expansão econômica no século XIX.

Registremos que o pensamento crítico latino-americano questionou profundamente as bases teóricas e os resultados históricos da aplicação dessa receita em nossa região. Devemos resgatar essa herança intelectual que os anos neoliberais quiseram enterrar: os debates da CEPAL entre 1949 e início dos anos 1980, a teoria da dependência, etc.

Porém, o “livre comércio” que está na agenda desde os anos 1980 não se refere tão somente a “livre circulação de mercadorias”. Na OMC, na ALCA e nos TLCs bi-regionais existe uma ampla agenda de temas que busca definir supranacionalmente limitações aos Estados nacionais em sua “capacidade de fazer política de desenvolvimento” para definir o que seria uma “carta de direitos dos capitais transnacionais” (para protegê-los dos povos). Sua lógica, que vem da hegemonia ideológica neoliberal dos anos 1990, é que si o país que “faz sua lição de casa” (cumpre as receitas do Consenso de Washington, por exemplo) os capitais os retribui investindo, criando emprego e bem-estar social. O destino dessa sociedade e desse país estará entregue “ao mercado” (o que hoje é dizer ao grande capital transnacional).

Poderá se rastrear nas propostas de integração regional – tal como agora está em pauta – temas que estão na agenda do “livre comércio”. Ao final, se espera que, o marco da integração, prospere o comércio entre nossos países. Ou que se tenham regras para que o investimento de capitais de um país de possa realizar em outro. Porém aqui o sentido é totalmente outro.

O ponto de partida e o trajeto que se espera cumprir são totalmente outros, tal como se verá mais adiante.

d) Integração regional, condição para enfrentar os projetos hegemônicos do capitalismo global.

Na visão que aqui trabalhamos, a integração regional é um passo e um ferramenta para alterar a inserção de nossos países no mercado capitalista internacional e na geopolítica mundial.

É obvio que nenhum de nossos países isoladamente tem condições materiais para fazer frente às pressões das principais economias capitalistas. A dependência de nossos países em relação ao capitalismo central existe e funciona. Os governantes entreguistas (como Menem na Argentina, FHC no Brasil, Sanchez de Lozada na Bolívia, etc.) que aplicaram políticas tomando a dependência (de nossos países em relação aos Estados Unidos) como dada e definitiva buscavam navegar a favor dessa corrente. O que se viu é que aí não existe projeto de país, nem de sociedade, existe um projeto de anexação de nossa região à economia, política internacional, estratégia militar e indústria cultural dos Estados Unidos.

A integração regional permitirá aproveitar uma diversidade de recursos (naturais, produtivos, financeiros, científicos e intelectuais, etc.) que existem de forma diferenciada entre nossos países fortalecendo as capacidades regionais, nos daria uma maior identidade e coesão política enquanto “bloco regional” essa forma nos permitiria outras possibilidades de ação em nível internacional (em negociações comerciais com outros países ou blocos, no sistema internacional, etc.).

e) Pontos de partida para um projeto de integração regional contra-hegemônico

Para construir um projeto de integração contra-hegemônico não partimos do “acho”

Temos, em primeiro lugar, os debates realizados pelos nossos movimentos NO PERÍODO POLÍTICO ANTERIOR e respostas à uma agenda diferente (colocada pelas forças neoliberais).

Trata-se de enfrentar a ALCA: em “Alternativas para as Américas” estão sistematizadas uma série de propostas dos mais diversos movimentos em oposição à agenda do governo dos Estados Unidos. Nas declarações e documentos dos vários Encontros Hemisféricos de Luta contra a ALCA (realizados em Havana) estão registradas as críticas e reivindicações dos movimentos sociais.

Tratava-se de impulsionar o Mercosul e a CAN em um rumo diferente ao que se impôs nos anos 1990: diversos movimentos levantaram propostas alternativas (sindicatos, mulheres, camponeses, etc.). Mais recentemente também entraram na discussão os rumos da ALADI. Igualmente a IIRSA vem sendo discutida e questionada em seus fundamentos pelos mais diversos movimentos. A comunidade Sul-americana de Nações (CSN ou CASA) é um tema ainda recente que será utilizado por nós para lançar um debate mais geral sobre a integração.

Não nos escapa que a DISCUSSÃO ANTERIOR É LIMITADA pelo papel que cumpriu reativa e defensivamente frente à ofensiva neoliberal na região. Também reconhecemos que diversos governos abriram suas agendas nos últimos anos buscando outras perspectivas em acordos co-

merciais em curso (por exemplo, os Fundos Estruturais no Mercosul) ou novos tipos de acordo (ALBA, TCP).

Finalmente, há outros atores que devem ser convocados para esse debate, além de governos e movimentos sociais. Os partidos políticos deveriam ter o papel chave em ajudar a formar uma vontade política integracionista e tem um espaço de convergências no Foro de São Paulo. As universidades e os centros de pesquisa deveriam entrar fortemente no debate como parte de um esforço de pensar nossa região a partir de suas raízes e suas necessidades – porque o neoliberalismo colocou na intelectualidade uma perspectiva subordinada ao ponto de vista das metrópoles. O diálogo entre as diversas religiões e igrejas que existem na nossa região poderia ter um papel importante no fortalecimento da pluralidade de nossa identidade como povos.

O processo que os movimentos vão realizar até dezembro para a Cúpula Social em Cochabamba, deve, por um lado, definir os pontos prioritários em nossa agenda para a integração – partindo do que os próprios movimentos sociais já têm acumulado – e, por outro, o diálogo com outros atores desse processo.

Entendemos que a agenda tem áreas importantes de concentração temática sobre as quais devemos debater:

1) Uma integração para a sinergia entre e para a reorientação de nossas economias.

A herança colonial de nossos países tem feito com que nossas economias sejam em muitos casos competidoras entre si a serviço dos mercados e capitais dos países capitalistas centrais. Uma política de integração tem que apostar na

complementaridade e no desenvolvimento equilibrado entre regiões, países e setores.

Por outro lado, nossas economias estão tomadas por oligopólios, em grande parte, de capitais internacionais. A integração deve servir para apoiar e expandir a economia solidária, a economia camponesa, os pequenos e médios produtores do campo e cidade e fortalecer a capacidade de nossos Estados de “fazer políticas de desenvolvimento” definidas democraticamente por nossos povos.

Há uma matriz produtiva depredadora do meio ambiente que deve ser combatida com uma perspectiva sustentável sempre que se discuta a ampliação de projetos de produção e a necessária reestruturação de setores produtivos nocivos à renovação do meio ambiente.

O atual modelo econômico é sustentado por uma divisão entre produção e reprodução que impõe às mulheres o trabalho doméstico e de cuidados. Para um processo de integração geradora de igualdade deve-se romper com essa lógica, questionar a divisão sexual do trabalho e atuar para o equilíbrio entre produção e reprodução.

As economias de nossos países são há muitos anos resultado da aplicação de receitas neoliberais que tiveram como um de seus eixos a destruição de conquistas trabalhistas e sociais das classes trabalhadoras. Um processo de integração deve estar consolidado sobre um compromisso de recuperar, universalizar e ampliar direitos no mundo do trabalho. E hoje em dia, agrega-se com muita força a defesa de direitos das populações migrantes que tiveram que abandonar seus países de origem por causas econômicas ou políticas.

2) Uma integração cujo ponto de partida deve ser o bem-estar social.

A agenda não deve ser (apenas, nem, sobretudo) econômica. É fundamental desenvolver políticas sociais de atendimento universal às necessidades de saúde, educação, moradia e acesso à energia elétrica e à água de nossos povos.

Isso significa combater as pretensões das corporações transnacionais de transformar esses serviços em negócios privados internacionais e desenvolver políticas para a universalização do acesso a esses serviços.

A integração deve vir também com políticas de afirmação dos direitos das populações que foram oprimidas pelo capitalismo dependente, o patriarcado, o colonialismo. O direito à igualdade para as mulheres, para as populações negras, a liberdade de opção sexual, o reconhecimento dos direitos a sua cultura, a territórios e autonomias dos povos originários são parte dessa agenda.

3) Os dois pontos anteriores se relacionam com a discussão sobre as matrizes de nossas infra-estruturas regionais

Novamente a herança colonial fez com que as vias de comunicação de nossos países somente existissem para nos vincular às metrópoles; não foram construídas vias de transporte barata e massiva de pessoas e cargas entre nossos países. A integração regional é também e necessariamente a intercomunicação de territórios por meio de rodovias, rios e vias férreas. Desta forma, a infra-estrutura para conectar os povos pode ser utilizada também para fazer de nossa região uma plataforma de exportações baratas para as metrópoles; este desvio não se revolverá bloqueando o desenvolvimento da infra-estrutura, mas

reorientando o desenvolvimento de nossos países. No entanto, esta deve ser também uma decisão dos territórios e das populações que vão ser interconectadas. Ou seja, supor uma participação popular na definição desses projetos, o que atualmente não existe.

A questão energética é chave para o futuro de nossas sociedades. Partimos da matriz energética herdada do século XX e, necessariamente, este ponto de partida deverá combinar novos desenvolvimentos sobre a mesma, com novas fontes de energia renováveis e mais limpas que as atuais. Qual deve ser o mix entre passado e futuro no momento atual?

Por outro lado, é mais importante notar que boa parte da agressividade imperialista neste começo de século XXI tem a ver com o tema energético, o que nos deve levar a considerar esta dimensão na hora das propostas (já que o imperialismo tem uma agenda forte neste tema em particular).

4) Desatar todos os nós da dependência

Nossa região passou de colônias de algumas metrópoles européias (em realidade, ainda persiste o colonialismo francês em território sul-americano na Guiana, cuja independência devemos apoiar e reivindicar junto com o movimento de libertação que ali luta) para a condição de países dependentes do império da vez.

Desatar esses nós tem como ponto de apoio importante a integração regional, como antes desenhado, porém passa por libertar nossos países da subjugação financeira internacional (que se dá através da dívida externa, da especulação financeira internacional, etc.). Não é mera casualidade que em organismos que

promovem a dependência de nossos países – como o FMI e o Banco Mundial – tenham dado relevância à discussão sobre as necessidades de políticas “coerentes” que querem nos impor (ou seja, que devem ser “coerentes” as políticas impostas pelo FMI, com as do Banco Mundial e as da OMC e TLCs...). Desatar os nós da dependência financeira internacional é uma pauta prioritária.

Outro nó é o da presença militar dos Estados Unidos em nossa região (através de bases como as que têm na Colômbia e Equador, ou de tropas como as que estão no Paraguai) e sua política de intervenção nos assuntos internos de nossos países (atualmente com o pretexto de combate ao narcotráfico e ao terrorismo). Desenvolver uma política de segurança regional autônoma é um dos grandes desafios

colocados no próximo período aos nossos povos.

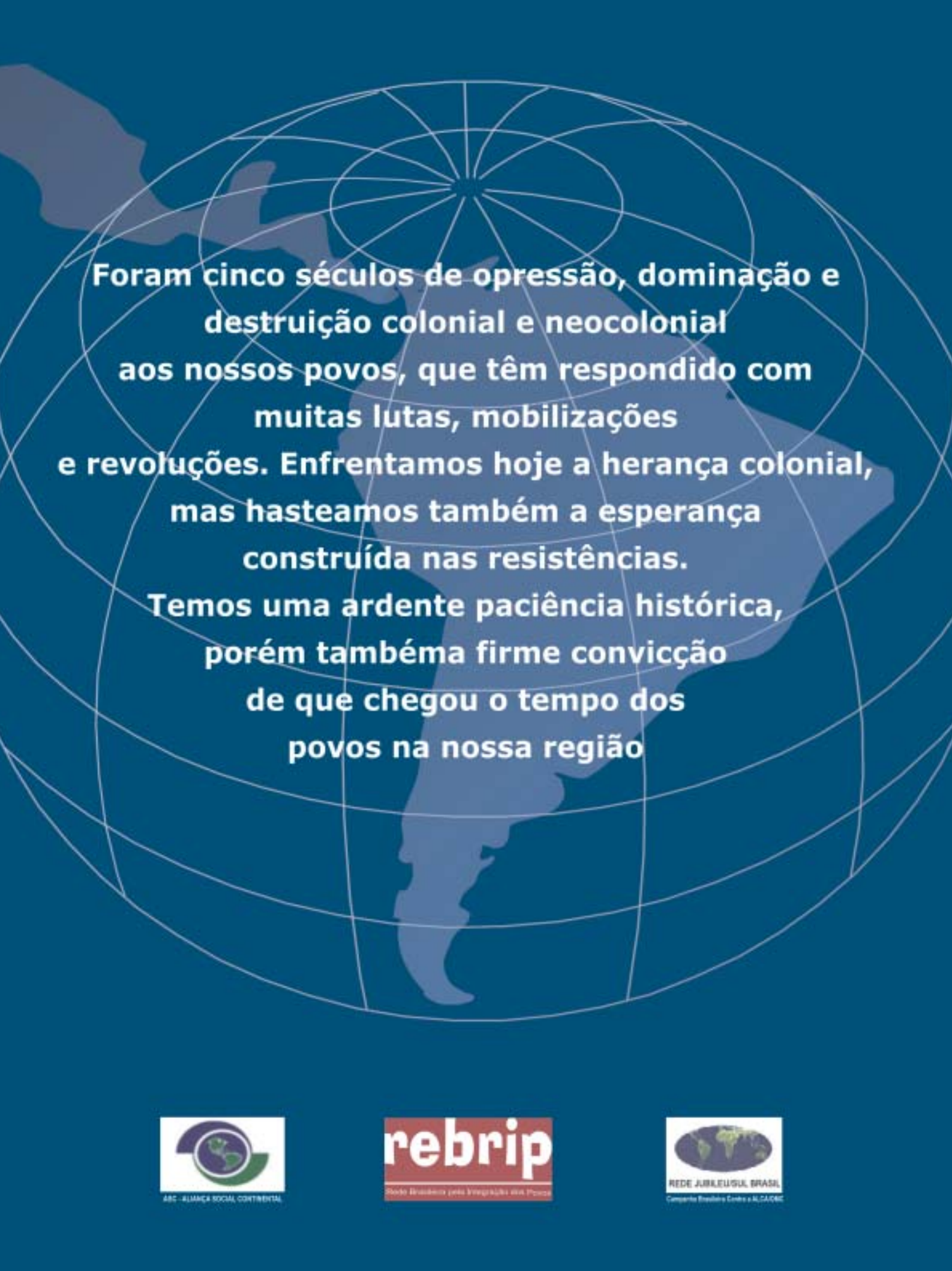
PARA FINALIZAR este roteiro de lançamento de debate, queremos enfatizar que se trata de um processo. No entanto, nosso ponto de partida são as conquistas na fase de resistência e a abertura de um período político, que já foi iniciado, onde as possibilidades de construir alternativas são concretas.

Foram cinco séculos de opressão, dominação e destruição colonial e neocolonial aos nossos povos, que têm respondido com muitas lutas, mobilizações e revoluções. Enfrentamos hoje a herança colonial, mas hasteamos também a esperança construída nas resistências. Temos uma ardente paciência histórica, porém também a firme convicção de que chegou o tempo dos povos na nossa região.

(1) A versão original em espanhol deste texto está sendo utilizada como roteiro de debate e preparação para a Cúpula dos Povos, que será realizada de 06 a 09 de dezembro, em Cochabamba, na Bolívia, paralelamente ao evento oficial da Comunidade Sul-Americana de Nações.

(2) A incorporação da Venezuela como membro pleno ainda tramita em seus aspectos formais, porém já há uma decisão de todos os atuais membros do Mercosul.

(3) No nível continental, entretanto, o quadro é algo diferente. A assinatura do CAFTA – RD reforça o caráter da área de influência direta dos Estados Unidos que se mantém em países da América Central e Caribe. Já o caso pioneiro de TLC, o NAFTA, que incluiu México desde 1994, depende agora de como evolua a conjuntura de seu país, muito marcado pelas mobilizações populares que têm como um de seus eixos de questionamento esse tratado (como a de “O campo não agüenta mais”) e que agora têm o foco na campanha cidadã contra a fraude eleitoral promovida pelo PAN (P. Ação Nacional, de direitas) para impedir a vitória do candidato do PRD (P. Da Revolução Democrata) crítico do NAFTA.



Foram cinco séculos de opressão, dominação e destruição colonial e neocolonial aos nossos povos, que têm respondido com muitas lutas, mobilizações e revoluções. Enfrentamos hoje a herança colonial, mas hasteamos também a esperança construída nas resistências. Temos uma ardente paciência histórica, porém também uma firme convicção de que chegou o tempo dos povos na nossa região



ABC - ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL



Rede Brasileira pela Integração da América



REDE JURÍDICA BRASILEIRA

Comitê Brasileiro Contra o ILCADEC